



Crises alimentaires

UMA CARTA REGIONAL PARA A ÁFRICA OCIDENTAL



CONTEXTO

Os limites da assistência alimentar

Nos anos 1970 e 1980, os países da região do Sahel recorreram amplamente à assistência alimentar para lidar com as repetidas situações de emergência em função da seca. Nesse contexto, emergiram gradativamente os efeitos perversos da ajuda:

- ela tende a competir com a produção local;
- tem impactos negativos nos hábitos de consumo; e
- há pouca ou nenhuma coordenação entre fornecedores da assistência e os formuladores de políticas regionais.

A Rede

Em 1984, o Comitê Permanente Interestatal de Luta contra a Seca no Sahel (CILSS), o Clube do Sahel (desde então renomeado como Clube do Sahel e da África Ocidental, CSAO/OCDE) e seus parceiros fundaram a Rede

de Prevenção de Crises Alimentares (RPCA), cujo objetivo era facilitar a coordenação, o diálogo político e a ação conjunta em termos de políticas de segurança alimentar.

A Carta

Os membros do RPCA logo buscaram estabelecer uma Carta da Ajuda Alimentar, que foi adotada em 1990 pelos chefes de Estado e governos dos países do Sahel, bem como principais doadores, após amplo processo de consulta. Ela constituía um código conduta e, embora não fosse vinculante, o CILSS e o CSAO/OCDE conduziram avaliações regulares no intuito de auxiliar os fornecedores e beneficiários de assistência a adaptarem suas práticas a suas recomendações. Sua maior força estava na motivação compartilhada entre os atores envolvidos para minimizar

ao máximo os efeitos perversos da assistência alimentar, de maneira a promover o desenvolvimento e fazer com que a assistência pudesse enfim ser superada.

A Carta é uma precursora da Declaração de Paris de 2005, fundamentando-se nos mesmos princípios da última. O documento também inspirou a Convenção relativa à Ajuda Alimentar de 1999.

DA GESTÃO DA AJUDA À GESTÃO DE CRISES

Um mundo em transformação

As crises alimentares são mais complexas e multifacetadas do que no passado. A população regional dobrou desde o início dos anos 1980 e a proporção de moradores em centros urbanos saltou de 25% para 50%. Além disso, o livre comércio gerou um alto grau de interdependência dos mercados da região. Enquanto antes a segurança alimentar de um país dependia principalmente da sua capacidade de produzir alimentos, atualmente são os recursos financeiros e o mercado que determinam o acesso. Os mercados internacionais exercem uma poderosa influência e a atual situação econômica mostra que os preços podem ser altos mesmo quando a produção local é abundante. O cenário institucional também mudou significativamente. A descentralização abriu uma brecha para os atores locais se fazerem ouvir. Agricultores tornaram-se interlocutores incontornáveis, apoiados por associações e ONGs atualmente mais influentes. As organizações regionais (CEDEAO, UEMOA

e CILSS) adquiriram um importante papel na elaboração de políticas de segurança alimentar. Novos atores (Brasil, China, Índia) não signatários da Carta também assumiram um papel importante na nova arquitetura da assistência alimentar. Entre 1988 e 2000, por exemplo, a assistência alimentar da China passou de 0,03% para 3,3% do total provido pelos principais doadores.

A natureza mais complexa das crises alimentares também criou a necessidade de se diversificar os instrumentos de resposta e gerou mais reflexões e discussão sobre a reforma da assistência alimentar. Os conceitos estão mudando (de “ajuda alimentar” para “assistência alimentar”); práticas novas ou pouco empregadas no passado estão se difundindo (estratégias *cash-oriented*, compras triangulares e locais) enquanto outras (transferências diretas e «monetização» da ajuda) são cada vez menos utilizadas.

A adaptação da Carta

Todas as partes envolvidas estão convencidas da necessidade de se rever a Carta da Ajuda Alimentar e, o quanto antes, adaptar seus objetivos, princípios e métodos à complexidade e à incerteza da problemática de fornecimento de alimentos no Sahel e na África Ocidental.

Renomeada “**Carta para Prevenção e Gestão de Crises Alimentares**”, o documento foi foco de intenso debate organizado pelo CILSS, sob os auspícios da CEDEAO, e com apoio do Secretariado do CSAO. Ela buscava refletir uma nova ambição regional em termos de prevenção e gestão de crises alimentares.

La Carta trata primeiramente de **prevenção**: o sistema de alerta, análise, informação, diálogo e cooperação em segurança alimentar. A rápida construção de um consenso - nos níveis local, regional e internacional - sobre a escala e as características de uma eventual crise determina a qualidade da resposta. A Carta busca ainda enfrentar as **causas estruturais das crises alimentares**. O documento destaca o papel dos formuladores de políticas, incluindo o

das organizações econômicas regionais. Para fins de análise de impacto, a Carta ainda propõe mecanismos de avaliação e de consulta aos *stakeholders*.

A carta consolida os princípios da Declaração de Paris e introduz dois pontos:

- ressalta que a assistência alimentar pode ser mais efetiva quando planejada a nível regional (o documento cobre a área da CEDEAO, além de Mauritânia e Chade) ;
- enfoca a dimensão estrutural das crises alimentares e fundamenta-se na idéia de que um trabalho concertado, sustentável e efetivo de prevenção deve habilitar o Sahel e a África Ocidental a superarem a necessidade de assistência alimentar.



Um processo, duas fases

Fase 1 (2007-2009) foi conduzida por um Comitê Diretor Internacional envolvendo atores oeste-africanos, os principais países doadores, agências das Nações Unidas e organizações da sociedade civil.

Fase 2 (2010-2011) constituiu um ciclo de debate e de adoção da Carta (prevista para setembro de 2011), sob os auspícios da CEDEAO.

Este processo envolveu múltiplos atores e incluiu:

- workshops nacionais e regionais envolvendo governos, profissionais, sociedade civil, etc.
- consultas internacionais, abertas às partes não signatárias da Carta de 1990. O Comitê de Assistência ao Desenvolvimento da OCDE também esteve envolvido no processo.

Crises alimentares

Consultas nacionais nos 17 países cobertos pela Carta

Mali	15-16 Jun 2010
Burkina Faso	22-23 Jul 2010
Gâmbia	5-6 Ago 2010
Chade	30-31 Ago 2010
Benim	3-4 Set 2010
Togo	6-7 Set 2010
Níger	14-15 Set 2010
Libéria	23-24 Set 2010
Costa do Marfim	23-24 Set 2010
Cabo Verde	1 Mar 2011
Mauritânia	7-8 Mar 2011
Guiné Bissau	17-18 Mar 2011
Guiné	24-25 Mar 2011
Senegal	29 - 30 Mar 2011
Gana	7-8 Abr 2011
Serra Leoa	11-12 Abr 2011
Nigéria	1-2 Jun 2011

Consulta aos parceiros para o desenvolvimento

Consultas aos doadores e parceiros internacionais e aos novos atores	Mar 2010 – Jun 2011
--	---------------------

Finalização e adoção da nova Carta

Articulação das sugestões para o projeto do texto geradas nos debates nacionais, regional e internacional	Jun 2011
---	----------

Reunião de especialistas & reunião ministerial dos países membro da CEDEAO + Mauritânia e Chade	13-16 Set 2011
---	----------------

Contatos:

- CEDEAO: Sr. Rui Silva: sylva_rui@yahoo.com
- CILSS: El Hadj Dramane Coulibaly: dramane.coulibaly@cilss.bf
- CSAO/OCDE: Sr. Sibiri Jean Zoundi: sibirijean.zoundi@oecd.org

www.food-security.net

www.ecowas.int - www.cilss.bf - www.oecd.org/csao

